



Mudanças em impostos devem dominar a pauta do Congresso

Governo quer recriar a CPMF e estados querem reformar o ICMS para confirmar incentivos fiscais, enquanto o Simples Nacional pode ganhar uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à do Imposto de Renda. O atual Código Tributário Nacional é praticamente o mesmo desde 1966

Senadores e deputados vão intensificar o debate sobre projetos que recriam ou alteram tributos, como a CPMF, o ICMS e o Simples Nacional.

A presidente Dilma Rousseff defende a volta da CPMF alegando que ela fará “a ponte” entre a urgência da falta de recursos e a estabilidade econômica.

No ICMS, os estados querem convalidar os incentivos fiscais concedidos na guerra fiscal para atrair investimentos. Os incentivos concedidos sem

o apoio unânime dos estados foram considerados inconstitucionais.

Em relação ao Simples Nacional, projeto no Plenário do Senado eleva de

R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual da microempresa e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o da empresa de pequeno porte. **3**

MP sobre texto vetado pode ser proibida **2**

Projeto prevê fim do sigilo em ações do BNDES **4**

Código de Processo Civil sofre alterações **2**

Pedro Franco/Agência Senado



Diretor do Sistema Integrado de Saúde do Senado, Gustavo Korst: servidores podem mandar fotos de possíveis focos

Edifícios do Senado não têm focos de mosquito

A vigilância de saúde do DF descartou a presença de criadouros do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chicungunha e zika, em inspeção feita nas dependências do Senado no dia 5. A Casa faz campanha de prevenção por telefone e por atendimento clínico. **2**

Edson Horuki/Agência Especial Brasília



Situação do centro de lançamento de satélites no Maranhão será debatida

Audiência vai analisar crise no setor aeroespacial

A atual situação do setor aeroespacial brasileiro será o tema da primeira audiência do ano na Comissão de Ciência e Tecnologia. Na terça-feira, em debate proposto por Lasier Martins e Cristovam Buarque, autoridades e especialistas devem explicar como a crise tem impactado essa área e quais dos programas de governo para o setor precisam de estímulo. **4**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Conselho terá comissões sobre concentração de meios de comunicação

Evento debate mudança de rádios AM para FM

O Conselho de Comunicação Social do Congresso faz na segunda-feira um seminário para discutir a mudança no perfil

da radiodifusão no país provocada pela grande migração de emissoras para a faixa de frequência modulada. **4**

Novo Relatório da Presidência
Mais conteúdo eletrônico | Versão impressa reduzida

Saiba como foram as atividades legislativa e parlamentar do Senado e do Congresso em 2015



Acesse a versão eletrônica do relatório pelo QR Code ao lado ou www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015



SENADO FEDERAL

Inspeção não encontra focos de *Aedes* no Senado

Iniciativa fez parte de campanha preventiva da Secretaria Integrada de Saúde da Casa. Servidores podem tirar dúvidas e informar sobre locais com acúmulo de água e dejetos por meio do WhatsApp

AGENTES DA VIGILÂNCIA Ambiental em Saúde, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, fizeram em 5 de fevereiro inspeção nas dependências do Senado em busca de focos de proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e não encontram indícios de criadouros nos locais vistoriados. A ação integra a campanha lançada pela administração da Casa contra o inseto transmissor da dengue, chicungunha e zika, segundo o diretor da Secretaria Integrada de Saúde do Senado (SIS), Gustavo Korst.

— Eles [agentes] apenas recomendaram medidas pedagógicas para evitar a formação de uma área propícia ao desenvolvimento do mosquito — ressaltou.

O diretor afirmou que, recentemente, a SIS fez levantamento sobre os tipos de doenças registradas pela área médica do Senado e os respectivos atestados de afastamento dos servidores. O objetivo era averiguar se haveria incidência de casos de contaminação proporcionalmente maior do que os verificados no país. O resultado da pesquisa, segundo ele, foi satisfatório.

— Existem casos na Casa, mas, estatisticamente, eles são idênticos aos da população em



Casos no Senado estão dentro da média nacional, informou Gustavo Korst

geral. Isso mostra que o Senado, estando inserido no Brasil, também apresenta casos, mas não em estatística maior que a da população — ressaltou.

De acordo com o diretor, a SIS, assim como outras áreas do Senado, está inserida na campanha de combate ao *Aedes*, atuando em duas frentes: por meio do suporte telefônico e do atendimento clínico presencial.

— Caso o servidor veja local com acúmulo de água, de dejetos ou de resíduos, basta enviar uma foto com descrição do local para o WhatsApp 9177-0258. Além disso, nos ramais 5065 e 5153, haverá médicos e enfermeiros prontos para dirimir qualquer dúvida sobre as doenças — afirmou, destacando que o atendimento médico regular também rece-

berá pessoas com suspeitas de contaminação pelo mosquito.

Alerta

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no último dia 1º, que o surto do vírus zika é uma emergência de saúde pública internacional, que exige resposta urgente e única, com vigilância máxima pelos governos de todo o mundo. Segundo a organização, o vírus está se espalhando muito e de maneira rápida, com consequências devastadoras.

No caso da dengue, desde o final dos anos 80, o Brasil convive com epidemias sazonais durante o verão. Com sintomas parecidos, mas menos letais, os primeiros casos no país de transmissão do vírus da chicungunha foram registrados no segundo semestre de 2014.

Comissão avalia proibição a MP sobre texto vetado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 149/2015, que proíbe a edição de medida provisória ou a apresentação, pelo presidente da República, de projeto de lei sobre assunto que tenha sido vetado e ainda esteja pendente de votação no Congresso Nacional.

De autoria de Waldemir Moka (PMDB-MS), a proposta altera os artigos 62 e 64 da Constituição e ainda aguarda designação de relator na CCJ.

Na justificativa, o senador observa que, nos últimos anos, tem sido muito comum o presidente da República vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso para, em seguida, editar uma medida provisória ou enviar proposição semelhante ao Poder Legislativo.

Moka considera que a prática representa um desrespeito à Câmara e ao Senado que, na maioria das vezes, debateram e analisaram o tema por meses e até anos antes da aprovação. Ele observa ainda que esse

procedimento busca esvaziar a competência do Congresso de apreciar os vetos.

— Impõe-se, em nome do equilíbrio entre os Poderes, cláusula pétrea da nossa Constituição, impedir essa prática. Não se busca, absolutamente, restringir o poder de iniciativa do presidente da República que, em condições normais, permanece intacto. O que não se pode é combinar o poder de veto com o de iniciativa para se sobrepor ao Poder Legislativo, quase substituindo-o.

Dilma sanciona mudanças no novo Código de Processo Civil

O *Diário Oficial da União* publicou no dia 5 lei que modifica novo Código de Processo Civil (CPC), decorrente de projeto (PLC 168/2015) aprovado em dezembro pelo Congresso e sancionado na véspera pela presidente Dilma Rousseff. Foram revertidos mecanismos como o fim do juízo prévio de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários, assim como a regra que estabelecia a obrigatoriedade do julgamento dos processos por ordem cronológica.

O novo CPC foi aprovado com previsão para começar a valer um ano depois da sua publicação, em 17 de março. A intenção foi garantir tempo para que os profissionais atuantes na Justiça se adaptassem às mudanças. Contudo, o desagrado de magistrados com algumas das inovações acabou motivando alterações ainda antes do início da vigência. O projeto sancionado resultou na Lei 13.256/2016.

O recurso especial é um instrumento processual para a contestação, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), de determinadas decisões dos tribunais de Justiça estaduais e dos tribunais regionais federais. Já o recurso extraor-

dinário é cabível no Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme o CPC ainda vigente, antes do envio desses recursos aos tribunais superiores, os tribunais de origem são obrigados a avaliar se nesses estão presentes determinados requisitos.

Na prática, o juízo prévio de admissibilidade permitia reduzir de modo significativo a quantidade de ações encaminhadas ao STJ e ao STF. Segundo alguns de seus ministros, a retirada do filtro do juízo prévio iria causar uma “enxurrada” de processos para dentro dessas duas cortes superiores. Blairo Maggi (PR-MT), que relatou o PLC 168/2015 no Senado, apoiou a retomada da regra do atual CPC no novo código.

— A triagem de recursos feita pelos tribunais regionais poupa o STJ de receber 48% dos recursos especiais, o que corresponde a mais de 146 mil recursos, muito deles descabidos — afirmou o senador na votação em Plenário.

A votação no Senado, em dezembro, foi acompanhada por ministros do STJ. Antes, eles também participaram de reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e com líderes partidários.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza,

Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Votações deste ano incluem reforma de tributos

Possibilidade de recriação da CPMF, mudanças no ICMS e no Simples Nacional estão entre os principais temas a serem debatidos em 2016, a pedido da presidente Dilma

ALTERAÇÕES NOS IMPOSTOS devem dominar a pauta do Congresso neste ano. Em discurso na abertura do ano legislativo, a presidente Dilma Rousseff defendeu a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e reformas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e no Simples Nacional.

Na mensagem, Dilma anunciou a disposição de incluir a participação de estados e municípios na arrecadação da CPMF, destinando os recursos à previdência e à saúde. Para ela, a CPMF é “a ponte” entre a urgência do curto prazo — decorrente da falta de recursos do governo — e a estabilidade fiscal de médio prazo.

Para a reforma do ICMS andar no Senado, a presidente anunciou a intenção de regulamentar a Lei 12.354/2016, sobre repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior e não declarados à Receita Federal. Dilma propôs destinar parte da arrecadação com a repatriação a um fundo de compensação dos estados, para aliviar os efeitos da redução das alíquotas interestaduais prevista na reforma.

Projeto de resolução sobre tema (PRS 1/2013) está na pauta da Casa há três anos. A maioria dos estados precisa da reforma para legalizar os incentivos da guerra fiscal. O governo federal também a defende, como forma de estimular a retomada da economia. Entretanto, disputas regionais têm impedido a votação em Plenário da proposta, já aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Dilma disse acreditar que, com a aprovação da reforma do ICMS, será possível realizar, ainda em 2016, os acordos de convalidação de incentivos fiscais, “eliminando uma fonte de incertezas para empresas e governos estaduais”.

Os incentivos concedidos sem o apoio unânime dos estados foram considerados inconstitucionais por contrariar a Lei Complementar 24/1975. A assinatura dos convênios de convalidação pode ser disciplinada por um projeto de lei complementar de Lúcia Vânia (PSB-GO), o PLS 130/2014, que aguarda decisão da Câmara dos Deputados.

Quanto ao Simples Nacional, Dilma



Estrutura dos tributos pagos pelos brasileiros não sofre grandes mudanças desde 1966, apesar das pequenas alterações feitas em 1992, 1995 e 2003

anunciou a intenção de criar “uma faixa de saída” do regime simplificado. A presidente espera que esse novo sistema entre em vigor no próximo ano. A medida é prevista no PLC 125/2015, que eleva de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual da microempresa e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o da empresa de pequeno porte. Já aprovado pela CAE, o projeto está na pauta do Plenário.

Progressividade

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou exatamente o mecanismo que assegura progressividade aos tributos pagos por meio do Simples Nacional. Trata-se de uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à aplicada no cálculo do Imposto de Renda. O objetivo é suavizar a passagem de uma faixa para outra, sem elevação brusca da carga tributária.

A senadora destacou que o principal receio das empresas que hoje fazem parte do Simples é sofrer “um tranco tributário”: quando migram para o lucro presumido, a carga sobe 54% para o comércio, 40% para a indústria e 35% para os serviços.

Dilma pediu ao Congresso que aprove a revisão da tributação de juros sobre capital próprio das empresas e a elevação do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital das pessoas físicas.

A revisão foi estabelecida na medida provisória que alterou regras de cálculo e de tributação dos juros sobre capital próprio pagos por empresas a seus sócios ou acionistas. A MP 694/2015, que tem como relator Romero Jucá (PMDB-RR), está pronta para entrar na pauta da comissão mista.

Já o aumento do imposto sobre ganhos de capital das pessoas físicas está na MP 692/2015, aprovada na Câmara no dia 3. Os deputados acolheram o texto do projeto de lei de conversão apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator na comissão mista, que deverá ser votado agora pelo Plenário do Senado.

Reformas

O Brasil continua com praticamente a mesma estrutura de tributos definida durante o regime militar pela Lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional). Uma das primeiras tentativas de grande mudança nos impostos foi

feita em 1992 pelo governo do então presidente Fernando Collor, que criou a Comissão Executiva para a Reforma Fiscal (Cerf). Uma proposta ampla de tributação da renda, do consumo e do patrimônio, apresentada pela Cerf, não avançou. Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso apresentou a PEC 175, com uma proposta de reformulação abrangente do sistema tributário. Depois de muitos debates, a PEC foi arquivada pela Câmara. Uma das medidas previstas — a desoneração de produtos para exportação — foi aprovada na Lei Complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir.

Em 2003, após reunir os governadores em Brasília, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ao Congresso a PEC 41, com mudanças também extensas no sistema tributário. Entretanto, só foram aprovadas alterações pontuais, como a prorrogação da CPMF e da Desvinculação de Recursos da União (DRU), e o tratamento tributário diferenciado para pequenas e micros empresas. A alteração no ICMS foi um dos pontos principais das propostas de 1992, de 1995 e de 2003, mas não prosperou.

Medeiros pede verba para obra de estrada em Mato Grosso

As obras de duplicação da BR-163/364, que corta Mato Grosso, foram iniciadas no ano passado, mas precisam da liberação de verbas do governo federal, pediu José Medeiros (PPS-MT). A rodovia é um corredor de escoamento da produção local. O senador explicou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é responsável pela duplicação do trecho de Rondonópolis a Diamantino. A iniciativa privada ficou com o restante e, pelo contrato, pode cobrar pedágio quando 10% da parte da obra sob sua responsabilidade estiverem prontos.

— A parte do Dnit está atrasada, causando prejuízos para a economia de Mato Grosso, porque no trecho em que as BRs 163 e 364 se fundem, o pedágio está sendo cobrado, mas a estrada está totalmente esburacada e ainda não está duplicada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

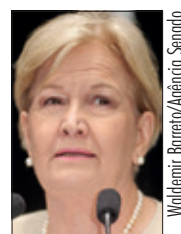
Ana Amélia elogia campanha sobre políticas de saneamento

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o tema deste ano da Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): “Casa comum, nossa responsabilidade”.

A ideia, disse, é conscientizar sobre a necessidade de melhorar as políticas de saneamento básico e de evitar o consumo de água contaminada e a degradação dos recursos naturais. A senadora acrescentou que morre uma criança a cada três minutos no país por falta de higiene e de acesso à água potável, e que apenas 39% do esgoto recebe tratamento adequado antes do descarte final.

Ana Amélia disse ainda que o Brasil deve explicações ao mundo sobre o que vem fazendo para combater o mosquito *Aedes aegypti*.

— Se nada for feito, as delegações de alguns países podem vir desfalcadas para as Olimpíadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam Buarque lamenta situação da educação no país

“O Brasil está na lanterna do futuro”, disse Cristovam Buarque (PDT-DF), ao citar relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre educação.

Segundo o documento, a avaliação do Brasil continua ruim e as melhorias foram poucas: foi reduzido o número de crianças que tiram apenas nota 1 nas provas e aumentou o número de matrículas devido ao Bolsa Família. Mas isso não significa que haja mais frequência à escola, observou o senador.

— O Bolsa Escola deu a sua contribuição, mas é pequena se não fizermos a escola ficar boa. Não se faz por milagre, mas se faz num cronograma de décadas. Aumentamos o número de alunos, mas não estamos fazendo esse exercício da escola do Brasil ser das melhores do mundo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Conselho analisa migração de rádios AM para faixa FM

Órgão consultivo sobre comunicação social do Congresso promove seminário para avaliar novo perfil do setor de radiodifusão, falta de espaço na frequência modulada e valores para mudança de estações

A migração das rádios AM para FM no Brasil será discutida pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso (CSS) nesta segunda-feira, em um seminário que começa às 9h.

O decreto autorizando a mudança das estações foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em 7 de novembro de 2013.

A qualidade de áudio superior e a facilidade de sintonia têm levado as emissoras a optar pelo espectro da frequência modulada (FM), o que tem mudado o perfil do setor de radiodifusão nacional. Além disso, vem diminuindo a oferta de aparelhos com receptores AM.

O seminário deve avaliar a falta de espaços disponíveis na modalidade de FM para as novas emissoras e os valores a serem pagos para a mudança de faixa.

Foram convidados para o debate o ministro das Comunicações, André Figueiredo; o presidente da Agência Nacional de Telecomunica-

ções (Anatel), João Batista de Rezende; o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero; e a representante do grupo de pesquisadores de radiodifusão da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Nélia Del Bianco.

Concentração

Também na segunda-feira, os integrantes do CCS — órgão consultivo do Congresso cria-

do pela Constituição de 1988 — voltam a se reunir às 14h para uma reunião ordinária.

Na pauta, está a formação de duas comissões de relatoria: uma sobre a concentração dos meios de comunicação no Brasil e outra para discutir os processos de concessão de serviços de radiodifusão.

A violência contra os profissionais de comunicação e os efeitos da crise econômica sobre a comunicação social também vão ser discutidos pelo conselho.



Conselho de Comunicação Social realiza evento na segunda sobre radiodifusão



Utilização da Base de Alcântara, no Maranhão, deve ser pauta na audiência

Setor aeroespacial será debatido na Comissão de Ciência e Tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) fará a primeira audiência do ano na terça-feira. A pedido de Lasier Martins (PDT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), autoridades e especialistas vão debater a situação do setor aeroespacial brasileiro, a partir das 9h.

Os parlamentares querem saber como a crise tem impactado o segmento, responsável por receitas de US\$ 6,4 bilhões e pela geração de 24 mil empregos diretos em 2014.

“É preciso examinar quais programas do governo federal relacionados ao setor precisam ser estimulados. É preocupante, por exemplo, a situação do veículo lançador nacional de satélites, que se encontra em

compasso de espera há vários anos”, dizem os senadores no requerimento.

Foram convidados para o debate o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho; o diretor-presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (Aiab), Walter Bartels; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Leonel Fernando Perondi; o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Herbert Claros da Silva; e um representante do Ministério da Defesa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Texto propõe fim do sigilo bancário nas operações do BNDES

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que veda o sigilo bancário nas operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com a proposta (PLS 7/2016 — Complementar), não poderá ser alegado sigilo ou definidas como secretas as operações de apoio financeiro ao BNDES ou de suas subsidiárias, qualquer que seja

o beneficiário ou interessado, direta ou indiretamente, incluindo nações estrangeiras.

Autor do projeto, Lasier Martins (PDT-RS) afirma que, apesar de haver algumas informações a respeito de operações, clientes, projetos e valores contratados em cada empréstimo na página do BNDES na internet, esses dados não são suficientes para caracterizar a devida transparência.

O texto também destaca a “recorrente prática brasileira” de apoiar países estrangeiros sem a devida divulgação das peculiaridades e condições dos ajustes firmados.

O senador ressalta que o BNDES não é uma empresa privada que visa ao lucro, mas uma estatal que faz empréstimos com o dinheiro do contribuinte para promover o desenvolvimento econômico de determinados

setores ou empresas. Portanto, defende que a instituição deve ter a transparência como princípio básico na sua atuação.

“Não apenas o dinheiro de contribuintes merece respeito, mas também o momento de crise pelo qual passa o país clama por iniciativas que objetivem combater a corrupção”, diz Lasier ao justificar a proposta, que aguarda relator na CCJ.

“TV Senado é fundamental para a democracia”, diz Paim sobre os 20 anos da emissora

Os 20 anos da TV Senado foram saudados por Paulo Paim (PT-RS), que afirmou que a emissora é democrática e dá transparência e visibilidade aos trabalhos da Casa.

Paim lembrou que a TV Senado, fundada em 1997 pelo então presidente da Casa, senador José Sarney, foi a primeira emissora legislativa de alcance nacional e hoje está presente em 20 capitais.

— A TV Senado é um instrumento fundamental do próprio processo democrático. É um instrumento que dá transparência e visibilidade ao trabalho de todos, senadores e convidados que vêm a esta Casa, seja nas comissões, seja no Plenário, aproximando esta Casa do povo brasileiro — afirmou o senador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Alvaro Dias destaca o papel do Poder Legislativo nas mudanças sociais

Alvaro Dias (PV-PR) destacou ontem o papel do Legislativo nas mudanças sociais. Ele citou as 18 representações apresentadas pela oposição desde 2009 sobre denúncias de irregularidades ligadas à Petrobras.

—Hoje temos grande empresários, banqueiros, ex-ministros, parlamentares e até um ex-presidente da República sendo investigados. Isso merece ser celebrado como um avanço na democracia — afirmou

O senador disse considerar que, do mar de atos ilícitos, surgiu um novo conceito de justiça. A respeito do debate entre situação e oposição, Alvaro defendeu a busca de um novo patamar, com discussão de alternativas para o país em vez do simples debate político-partidário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

País precisa renovar Código Penal para acabar com impunidade, afirma Lira

Modernizar o Código Penal é a principal saída para diminuir a violência no país, disse Raimundo Lira (PMDB-PB). O senador citou o surgimento do chamado novo cangaço — quadrilhas que ameaçam populações, principalmente no interior do Nordeste — para justificar a necessidade de renovação das leis e acabar com a impunidade.

Para ele, o trabalho dos policiais na prisão de bandidos muitas vezes se mostra inútil, já que a legislação acaba favorecendo a liberdade dos detentos.

— São filhos, pais, irmãos que arriscam a vida para prender um bandido que está cometendo um crime e poucos dias depois ele arrisca a vida para prender o mesmo bandido cometendo o mesmo crime porque o Código Penal imobiliza a ação do Judiciário.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Preço da arroba do boi em Rondônia será tema de reunião, informa Raupp

Autoridades e representantes da pecuária vão se reunir na segunda-feira para discutir o preço da arroba do gado bovino em Rondônia, estado que é o quinto maior produtor de carne e leite do país. O anúncio foi feito ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO).

Apesar dessa dimensão, disse o senador, a arroba do gado bovino de Rondônia está defasada quando comparada com o preço pago em outros estados.

— Há a suspeita de uma cartelização, de um cartel para baixar o preço do boi para ter mais lucro — afirmou.

Raupp ainda elogiou a decisão do governo de reunir o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para discutir medidas para destravar a economia brasileira.



Jefferson Ruy/Agência Senado